

## Remédio gratuito para diabéticos

Projeto modificado pela Câmara recebe aprovação final dos senadores e vai à sanção presidencial. Outra proposta acolhida cria sistema de segurança alimentar e nutricional



Ao lado de Efraim (à esq., sentado), Renan preside sessão do Senado

**D**iabéticos inscritos em programas de educação sobre a doença poderão ter acesso facilitado a medicamentos. A importância do projeto aprovado pelo Senado e enviado à sanção presidencial foi destacada por diversos senadores. Outra proposta acolhida cria sistema que visa assegurar “o direito humano à alimentação adequada”. **Página 3**



Senadores aprovam reestruturação de carreiras do serviço público, mas adiam votação sobre endividamento da Transpetro



Luiz Otávio preside reunião em que a CAE aprovou diversos projetos de lei

## IR pode ser restituído no mesmo ano da declaração

A Receita Federal poderá ser obrigada a devolver no mesmo ano da declaração o que o contribuinte pagou a mais de Imposto de Renda (IR). A medida é prevista em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Os senadores acolheram também proposta que isenta de IR os rendimentos percebidos por maiores de 75 anos. A isenção não beneficia aplicações financeiras. **Página 7**

## Mais rigor com verbas federais

A fiscalização de prefeituras que recebem verbas federais deve ficar mais rigorosa. A Comissão de Orçamento está adotando uma série de medidas com esse objetivo. **Página 5**

## Banco cooperativo terá acesso ao FAT

Bancos cooperativos podem ter acesso, sem intermediários, aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O projeto foi aprovado pela Comissão de Agricultura. **Página 2**

## Avaliações divergentes sobre depoimento de empresários

Senadores que participaram da reunião do Conselho de Ética do Senado avaliam os depoimentos de Darci e Luiz Antônio Vedoin, donos da empresa acusada de vender ambulâncias a preços superfaturados para prefeituras. **Página 5**



Cercado de repórteres, Darci Vedoin deixa a sala do Conselho de Ética do Senado

Projeto aprovado pela Comissão de Agricultura visa quebrar monopólio de bancos oficiais, como o Banco do Brasil, nos repasses de verbas de fundo

## Bancos cooperativos poderão ter acesso aos recursos do FAT

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que permite aos bancos cooperativos o acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sem a necessidade da utilização de intermediários financeiros (PLS 320/03). De autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a proposta visa quebrar o monopólio de bancos oficiais, como o Banco do Brasil, no repasse dos recursos do FAT.

O projeto foi relatado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Flávio Arns (PT-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS) manifestaram-se favoravelmente à proposição. A matéria será submetida à análise da Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), em que receberá decisão terminativa.

Outro projeto, de autoria do então senador Wellington Roberto, trata da anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e suas cooperativas e colônias junto aos bancos do Nordeste do Brasil (BNB) e do Brasil (BB). De acordo com o texto do PLS 200/02, as dívidas sofrerão redução de 50% e o saldo devedor restante será refinanciado por dez anos, com três de carência, a uma taxa de juros de 3% ao ano.

Wellington Salgado (PMDB-MG) apresentou emenda corrigindo o período de adesão do benefício, excluindo a data fixada, que já foi ultrapassada. A matéria

será encaminhada à CAE e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual receberá decisão terminativa.

Também foi aprovada proposta que permite às cooperativas de crédito, agrícolas e agroindustriais, associações de produtores rurais e demais pessoas jurídicas que operem no setor emitir títulos da dívida de agronegócios no mercado financeiro nacional (PLS 369/03). De acordo com o autor da proposição, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a emissão dos papéis vai incrementar o financiamento da expansão da produção, melhorar as condições de comercialização e reduzir o custo financeiro dessa cadeia produtiva.

## Maciel elogia iniciativa da ONU que combate a desertificação

Marco Maciel (PFL-PE) registrou que 2006 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação com o objetivo de combater a desertificação de vastas áreas por todo o planeta.

A ONU, afirmou o senador, alertou para a gravidade da situação em virtude de 41% da superfície terrestre sofrer, em menor ou maior grau, com a desertificação, o que prejudica cerca de 1 bilhão de pessoas no planeta. A região Nordeste do

Brasil, frisou o parlamentar, é a mais afetada pelo fenômeno. Em todos os nove estados nordestinos – e também no norte de Minas Gerais e no noroeste do Espírito Santo – há municípios que sofrem com a desertificação, informou Maciel.

Além da poluição do meio ambiente, do desmatamento e de práticas agrícolas erradas, o fenômeno da desertificação, explicou o senador, também é favorecido por fatores climáticos, como redução de chuvas, alterações na atividade solar, aquecimento



Marco Maciel lembra que o Nordeste é a região mais afetada pela desertificação

global, mudanças na temperatura dos oceanos ou fenômenos geológicos. As conseqüências, entre outras, seriam a perda da capacidade de auto-regeneração do solo, a redução da vegetação e da fauna, o empobrecimento do solo e sua salinização.

## Simon pede que Tesouro libere pedido do governo gaúcho

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apelou ontem ao governo para que libere o pedido de recomposição da dívida do Rio Grande do Sul, que seria assumida pelo Banco Mundial, e está pendente de parecer favorável do Tesouro Nacional há três anos. Segundo o parlamentar, em visita a Porto Alegre, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria se manifestado favoravelmente à aprovação do pedido.

– Há três anos isso é proposto e há três está na gaveta – reclamou.

Simon salientou que o Rio Grande do Sul é um grande estado exportador e que, por isso, foi



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Simon diz que solicitação do Rio Grande do Sul "está na gaveta há três anos"

prejudicado pela Lei Kandir, que isenta do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços (ICMS) os produtos destinados à exportação. O senador lembrou ter votado contra a Lei Kandir.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

A sessão está marcada para as 14h. Entre os itens da pauta está a proposta de emenda constitucional que mantém a elegibilidade daqueles que exerceram cargos eletivos do Executivo por menos de 15 dias durante os seis meses que antecedem ao pleito. Também podem ser analisadas medidas provisórias, se elas forem enviadas pela Câmara dos Deputados.

### Continuam depoimentos no Conselho de Ética

Está prevista reunião do Conselho de Ética às 10h. Os parlamentares ouvem a ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino; Paulo Roberto Ribeiro, genro da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT); Ivo Spínola, genro do empresário Darci José Vedoin, um dos donos da Planam. O conselho agendou ainda os depoimentos do ex-deputado Lino Rossi (PP-MT) e de Marcelo Cardoso Carvalho, ex-assessor do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

### Política urbana

Doze itens compõem a pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. Entre os que estão em análise, encontra-se o projeto que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

### Comissões

A Comissão de Assuntos Sociais analisa, às 9h30, a regulamentação da profissão de agente de saúde; às 10h30, a Comissão de Educação decide sobre concessões de rádio e TV; e, às 10h, a Comissão do Salário Mínimo vota seu relatório final.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Romeu Tuma, Tião Viana e Alvaro Dias

## Mercadante inclui a violência como causa da queda do PIB em São Paulo

Aloizio Mercadante (PT-SP) manifestou, da tribuna, preocupação com a queda da participação de São Paulo no produto interno bruto (PIB) nacional. A seu ver, o fato é consequência da guerra fiscal e da não-aprovação de uma reforma tributária que crie mecanismos como o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Ele também atribui a situação à grave crise de segurança pública no estado, que sustenta 143 mil presos e tem os cofres onerados em razão da “falta de uma gestão competente para o sistema prisional”.

Mercadante lembrou que o governo federal criou cinco faculdades e uma universidade em São Paulo, mas lamentou que o estado tenha ficado apenas em



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**Mercadante: falta uma gestão competente para o sistema prisional**

oitavo lugar no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), daí, na sua opinião, a necessidade de dar oportunidade aos jovens, melhorando a escola pública média. “Temos várias escolas na periferia com quatro, cinco turnos, com 14 mil alunos em escolas de lata.”

## Virgílio culpa o presidente Lula pelas ações do PCC

Ao rebater argumentos de Aloizio Mercadante (PT-SP), o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), culpou o presidente Lula pelas ações criminosas praticadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

Na avaliação de Virgílio, as atuações do PCC em São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul foram possibilitadas não por má administração dos respectivos governadores, mas porque o governo federal, além de haver retido recursos do

Fundo Nacional de Segurança Pública, não exerceu controle efetivo das fronteiras brasileiras, deixando caminho livre para o tráfico.

Em aparte, Aloizio Mercadante elogiou o aumento dos investimentos do governo federal no reaparelhamento da Polícia Federal. Esse fato, disse, teria possibilitado substancial ampliação das ações de combate ao crime organizado, comparativamente às realizadas no governo FHC.

## Heloísa vê omissão do governo federal na segurança pública

Ao avaliar que o debate sobre violência esteja pautado por uma “disputa eleitoral” envolvendo o PT e o PSDB, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse ter ficado impressionada com o fato de Aloizio Mercadante (PT-SP) ter ocupado a tribuna para tratar de segurança pública.

A senadora afirmou que há dois anos e meio os secretários de Segurança e dirigentes do sistema prisional dos estados enviaram ao Executivo federal um diagnóstico completo sobre o setor, mas nenhuma iniciativa para mudar o quadro foi colocada em prática.

– O pior de tudo é que o presidente Lula, em vez de se ausentar dessa disputa inconseqüente e eleitoral, tenta restringir o problema da violência a São Paulo.

Heloísa disse que o governo



**Para Heloísa, governo da União também nada faz na área social**

Lula também “não faz nada” na área social. Ela considera lamentável que o país aceite que 76% dos seus jovens entre 14 e 24 anos fiquem o dia todo sem estudar, trabalhar ou passar por uma capacitação profissional, “transformando-se em mão-de-obra para o crime organizado”.

Entre os itens acolhidos ontem estão a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a medida provisória que reestrutura carreiras do serviço público federal

## Senado aprova medicamento de graça para portador de diabetes

O Senado aprovou ontem emenda da Câmara a projeto que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e material necessários à sua aplicação e ao monitoramento da glicemia capilar para portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos. O texto vai à sanção presidencial.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), comparou os benefícios da medida àqueles obtidos com o programa brasileiro de combate à Aids. O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que é médico, também elogiou a aprovação da proposta (PLS 597/99) e disse que a medida garante o tratamento pré-hospitalar, evitando, assim, milhares de internações e prejuízos aos cofres públicos.

O Plenário acolheu ainda projeto (PLC 81/06) de iniciativa da Presidência da República que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com o objetivo de “assegurar o direito humano à alimentação adequada”.

O Sisan é um conjunto de políticas, planos, programas e ações que deverão envolver o

poder público e a sociedade civil. A adoção dessas políticas, de acordo com o projeto, levará em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

### Carreiras

Também foi aprovada a Medida Provisória 295/06, que reestrutura carreiras do serviço público federal. A matéria, relatada por Efraim Morais (PFL-PB), segue à promulgação.

Entre as carreiras contempladas pela MP estão as de docentes do magistério superior e de 1º e 2º graus, de especialista do Banco Central, além de carreiras do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A MP cria a gratificação de desempenho de atividade de execução e apoio técnico no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde.

Os senadores deliberaram ainda sobre dois projetos que melhoram o funcionamento do Mercosul. O PDS 409/06 trata do Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul.

Já o PDS 410/06 aprova o texto de constituição do Parlamento

do Mercosul. O documento foi celebrado em Montevidéu, em dezembro de 2005. O relator, senador Sérgio Zambiasi, presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, apresentou parecer favorável às duas matérias.

A programação monetária do governo para o terceiro trimestre deste ano foi aprovada ontem pelo Plenário, cumprindo o que determina a lei. O mecanismo de controle da expansão da moeda em circulação perdeu importância nos últimos anos, pois, com o câmbio flutuante e uma política monetária baseada em metas, o importante para controlar a inflação é a taxa de juros.

### Transpetro

A votação da proposta de elevação do limite de endividamento da Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) foi adiada para depois das eleições. A matéria será examinada pela Comissão de Infra-Estrutura (CI), conforme requerimento aprovado ontem. O projeto sobre a criação de funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi retirado da pauta.

## Virgílio busca apoio para cobrar definição sobre pólo de Manaus

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) desistiu de obstruir a votação das matérias incluídas na ordem do dia de ontem em troca do apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, e dos líderes partidários à sua exigência de que o governo do presidente Lula, logo após as eleições, informe se a Zona Franca de Manaus terá a exclusividade nos incentivos fiscais para fabricar televisores digitais.

Além de pedir a interveniência de Renan e do líder do PFL, senador José Agripino (RN), para marcar uma reunião com os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e das Comunicações, Hélio Costa, Virgílio pediu que nenhuma matéria seja colocada em votação, após a

sessão de ontem, até o governo emitir uma posição oficial sobre a concessão de incentivos fiscais para a fabricação de aparelhos digitais de televisão.

O senador explicou que se o governo facultar para outros estados a possibilidade de utilizar incentivos fiscais para os televisores digitais, Manaus perderá sua condição de competitividade no setor. Ele lembrou que o pólo eletroeletrônico representa 63% do faturamento da zona franca.

### Crítica

O senador criticou a comparação feita pelo presidente Lula sobre os votos que terá no Amazonas na disputa pela reeleição com os destinados a Virgílio na sua candidatura a governador do estado. Virgílio afirmou que, se não for eleito governador do



**Arthur Virgílio quer assegurar incentivos ao Amazonas para produção de TV digital**

Amazonas, retornará ao Senado para cumprir o seu mandato, seja na oposição (se Lula for vitorioso) ou na defesa do governo (caso Geraldo Alckmin vença a disputa).

Virgílio também comentou as declarações do presidente do PT, Ricardo Berzoini, contra o pai do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), Carlos Jereissati. Ele opinou que Berzoini é “o faz-tudo do governo”, escalado para dizer o que não condiz com a boa política.

## ACM contesta meta econômica apresentada por Mantega



Antonio Carlos

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o governo Lula investiu menos de 50% do que foi investido na gestão Fernando Henrique. Ele citou artigo da jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal *O Globo*, que demonstra que não é possível chegar a um crescimento de 4% ao ano como anunciou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

ACM afirmou que, enquanto o produto interno bruto (PIB) brasileiro “é menor do que o dos países africanos”, a economia da Bahia supera, pela quarta vez, a nacional.

– Como somos sérios, e eles não são, crescemos, enquanto eles caem – comparou o senador.

## José Agripino diz que governo discrimina o Rio Grande do Norte



José Agripino

Mais atenção do governo federal para o Rio Grande do Norte foi cobrada por José Agripino (PFL-RN). Lembrando que o presidente vai ao estado nos próximos dias, o senador sugeriu que a visita não seja apenas para fazer campanha eleitoral, mas que Lula “proceda como presidente da República”.

– Talvez Lula possa explicar ao povo por que não implantou uma refinaria de petróleo numa área que é a maior produtora dessa matéria-prima em terra, ou explicar a razão de o estado ter sido excluído do trajeto da Ferrovia Transnordestina. O semi-árido precisa é de empregos, não da dependência do Bolsa Família – declarou.

## Juvêncio denuncia favorecimento a deputada na liberação de verba



Juvêncio da Fonseca

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) denunciou ontem em Plenário o suposto favorecimento do governo à deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) na liberação de emenda orçamentária no valor de R\$ 2,5 milhões, em 2005, em benefício do Sindicato Nacional dos Oficiais Marítimos (Sindimar), presidido por Severino Almeida Filho, marido de Jandira.

O senador reivindicou uma auditoria do Tribunal de Contas da União nas verbas dirigidas à entidade e afirmou que, enquanto parlamentares governistas conseguem esse tipo de verba, ele enfrenta dificuldades para liberar emendas destinadas a unidades de saúde de seu estado.

## Senadores lamentam morte de dom Luciano

Senadores voltaram a lamentar, ontem, o falecimento do arcebispo de Mariana (MG), dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido no dia 27 de agosto, em São Paulo. Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) apresentaram à Mesa requerimento de voto de pesar e de apresentação de condolências aos familiares e à Igreja Católica.

– Ele foi uma luz, um exemplo, sobretudo por seu empenho na luta pela democratização do Brasil e pela defesa dos direitos humanos – disse Suplicy.

Sibá Machado e Tião Viana, ambos senadores do PT pelo Acre, elogiaram a trajetória de dom Luciano, que foi secretário-geral e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em 28 de agosto, Marco Maciel (PFL-PE) já havia requerido o voto de pesar.

# Alvaro apóia fim do voto secreto para cassações

Senador pondera, contudo, que votações de autoridades e de membros da Mesa deveriam continuar secretas. Antonio Carlos diz que emenda aborda assuntos exclusivos do Senado

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apoiou, da tribuna, a aprovação pela Câmara, em primeiro turno, da emenda constitucional que acaba com o voto secreto no Congresso Nacional. Ele ponderou, no entanto, que as votações de vetos presidenciais, de nomes de autoridades e para escolha das Mesas da Câmara e do Senado deveriam continuar secretas.

Alvaro Dias pediu aos líderes do Senado que coloquem em regime de urgência a emenda constitucional, assim que ela chegar à Casa.

– Será uma resposta à expectativa nacional de moralização da atividade política. Se o Congresso está extremamente desgastado, maculado pela corrupção que alguns praticaram e pela omissão de muitos, temos de agir para recu-

perar a imagem de credibilidade junto à opinião pública.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que concordava com o fim do voto secreto em processos disciplinares, mas não para vetos presidenciais e eleição para cargos das Mesas das duas Casas. Também em aparte, Sibá Machado (PT-AC) lembrou que o Senado rejeitara há algum tempo proposta idêntica de Tião Viana (PT-AC).

### Mensaleiros

Falando depois, da tribuna, Antonio Carlos Magalhães afirmou que a emenda aprovada pela Câ-



Alvaro pede aos líderes da Casa urgência para a proposta

Roosevelt Pinheiro

mara “diz respeito a assuntos exclusivos do Senado” como indicação de embaixadores e autoridades. “Conseqüentemente, falta uma boa advocacia na Câmara, ou quem sabe é a pressa do presidente, motivado pelo remorso da absolvição de mensaleiros”, frisou Antonio Carlos.

Romeu Tuma (PFL-SP), que dirigia a sessão, disse que, preocupado com o problema, Renan Calheiros vai enviar a matéria à Comissão de Justiça, onde será analisada com cautela, para que chegue ao Plenário um texto do interesse da Casa.

## Geovani destaca crescimento de Góes em pesquisas

Utilizando dados de institutos de pesquisa sobre as eleições no Amapá, Geovani Borges (PMDB-AP) sustentou ontem que a coligação liderada pelo PMDB no estado deverá reeleger o governador Waldez Góes e o senador José Sarney.

De acordo com Geovani, o resultado atual das pesquisas indica Góes como provável vencedor, com 39% das intenções de voto. Para o Senado, informou, Sarney tem a preferência de 69% do eleitorado.

Geovani lembrou que há pouco tempo outro candidato ao governo, o ex-senador João Capiberibe (PSB), tinha uma boa margem de intenções de voto à frente de Góes.

– Mas as pesquisas refletem o resultado do horário eleitoral gratuito e deixam patente a preferência do eleitorado neste momento – observou.

## Tião Viana alerta para tensão na fronteira entre Acre e Bolívia



Tião Viana

O momento de tensão que vivem as populações instaladas na área de fronteira entre o Acre e a Bolívia, especialmente após a determinação do governo de Evo Morales de redefinir a situação fundiária naquele país, motivou um pedido de alerta feito ontem por Tião Viana (PT-AC).

O senador teme que brasileiros possam sofrer constrangimentos e comparou a situação com a dos 70 mil bolivianos que vivem ilegalmente em São Paulo.

– São centenas de quilômetros de fronteira sem uma barreira formal. Nós sempre tivemos uma relação de irmãos e não há necessidade de conflito – assinalou.

## Aelton pede à Câmara aprovação de projeto sobre consórcios



Aelton Freitas

Aelton Freitas (PL-MG) pediu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de sua autoria que regula o sistema de consórcios no Brasil (PLS 533/03). O senador afirmou que o projeto, aprovado no Senado em maio, traz benefícios à administradora de consórcios, ao poder público e aos cerca de 3,4 milhões de participantes de consórcios no país.

Aelton cobrou uma definição legal para o sistema, que atualmente estaria sendo regulado, na prática, por normas infralegais. Segundo o senador, uma das vantagens do consórcio é a capacidade de programar a demanda sem pressionar mecanismos inflacionários.

## Sibá comenta avaliação da área ambiental no governo Lula



Sibá Machado

Sibá Machado (PT-AC) comentou matéria da revista *Época* avaliando positivamente o trabalho do Ministério do Meio Ambiente. A pasta, comandada pela ministra Marina Silva, foi considerada a terceira melhor da administração petista. Entre as ações do ministério, Sibá destacou a redução de 35% na taxa de desmatamento da floresta amazônica em 2005; a criação do programa do biodiesel; a imposição de rótulos para identificação de alimentos transgênicos; e a “ressurreição” do álcool combustível. O senador anunciou ainda a instalação de uma usina de álcool na região do Alto Acre, nos municípios de Senador Guiomard e Capixaba.



Ministro Gilmar Mendes (E) e Renan, na posse de Guilherme Palmeira (3º à esquerda)

## Guilherme Palmeira assume presidência do TCU

O presidente do Senado, Renan Calheiros, compôs a mesa que deu posse ao novo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Guilherme Palmeira, ontem, no Plenário do tribunal. Entre diversas outras autoridades, compareceram à solenidade a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, representando a Presidência da República; o 1º vice-presidente da

Câmara dos Deputados, Thomaz Nonô, representando a Câmara; e o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, representando o Poder Judiciário.

Durante o discurso de posse, o ministro Guilherme Palmeira destacou a importância das relações entre as instituições públicas e a participação do Congresso Nacional no tribunal, em que dois terços dos ministros

são escolhidos pelos deputados e senadores.

Ao final da solenidade, Renan disse acreditar que o novo presidente do TCU desempenhará relevante papel para o país frente ao tribunal, ressaltando sua honrabilidade ao ocupar diversos cargos públicos, entre eles, prefeito de Maceió, governador de Alagoas e senador pelo estado por dois mandatos.

## Wellington, Geovani e Quintanilha assumem vagas

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) assumiu ontem a cadeira de titular que estava vaga com a saída de Ney Suassuna do Conselho de Ética. Suassuna deixou o conselho porque está sendo processado com base na citação de seu nome como envolvido nos negócios da máfia das ambulâncias.

Outras duas cadeiras vagas, de suplentes, foram preenchidas pelos senadores Geovani Borges (PMDB-AP), que entrou no lugar do senador Gerson Camata (PMDB-ES), atualmente licenciado, e pelo senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), que ocupou o lugar do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), também licenciado. Continuam vagas três cadeiras, uma delas em virtude da saída de Serys Slhessarenko, que enfrenta processo no conselho.

## CPI adia votação de requerimentos para outubro

A CPI dos Sanguessugas adiou para 4 de outubro – ou seja, para depois do primeiro turno das eleições – a votação de uma série de requerimentos para convocação de depoimentos e de quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico. Entre os depoimentos solicitados estão os dos ex-ministros da Saúde Humberto Costa, Saraiva Felipe e José Serra, todos candidatos no pleito deste ano.

O presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia, afirmou que a decisão de adiar a apreciação de “itens polêmicos” permitiu a votação de outras proposições – foi aprovado ontem um total de 31 requerimentos

Ao ser questionado pela imprensa, Biscaia negou que tenha havido qualquer tipo de acordo para beneficiar os eventuais depoentes que disputarão eleições.

# Maior rigor na fiscalização das verbas federais para prefeituras

Comissão de Orçamento adota medidas para tornar processo mais transparente, permitindo inclusive que sociedade acompanhe pela internet a aplicação dos recursos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) está tomando novas medidas para tornar mais severa a fiscalização das prefeituras que recebem verbas federais para investimentos ou compra de bens. No próximo ano, a prefeitura que quiser verba da União deverá prestar contas detalhadas ao governo federal, inclusive sobre licitações. Imediatamente, os dados serão colocados no Sistema Integrado de Administração do Governo Federal (Siafi), para fiscalização por parte da sociedade, via internet.

A exigência do envio de dados

ao Siafi foi decidida ontem pelo Comitê de Fiscalização da Execução Orçamentária da Comissão de Orçamento. A idéia é acrescentar a determinação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, prestes a ser votada pelo Plenário do Congresso. Nos próximos dias, parlamentares e técnicos da comissão devem se encontrar com o secretário do Tesouro, Carlos Kawall, para acordos sobre a nova exigência. As informações foram dadas à imprensa pelo presidente da Comissão de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG).

A primeira medida de maior rigor na fiscalização do uso das verbas foi tomada em julho, quando os integrantes da CMO determinaram que os parlamentares só poderão destinar recursos a organizações não-governamentais (ONGs) ou organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) se elas estiverem registradas no Conselho Nacional de Assistência Social.

O aumento das exigências sobre entidades e prefeituras que recebem verbas federais é consequência da descoberta de fraudes na compra de ambulâncias.

## Depoimento dos Vedoin provoca divergências

Conclusões divergentes foram manifestadas ontem por parlamentares que participaram da oitava dos empresários Darci José Vedoin e Luiz Antônio Vedoin, realizadas em reunião secreta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para subsidiar a investigação dos processos disciplinares instaurados contra os senadores Magno Malta (PL-ES), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Ney Suassuna (PMDB-PB). “O depoimento de Darci Vedoin beneficia Magno Malta”, afirmou o senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS).

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou que pediu à Polícia Federal que investigue a origem do carro utilizado por Magno Malta, para descobrir como o automóvel chegou às mãos do senador. Wellington Salgado (PMDB-MG) disse que Magno Malta não merece ser cassado, uma vez que não apresentou emendas para a compra de



Darci Vedoin (E) depõe no conselho, ao lado de João Alberto Souza e Jefferson Péres

ambulâncias.

Romeu Tuma observou que o depoimento de Darci compromete Suassuna no esquema de fraudes. Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo contra Suassuna, assinalou, entretanto, que os depoimentos não trouxeram “acréscimo nem decréscimo” aos fatos já apurados. Jefferson anunciou que estará apto a dar seu parecer logo depois de ouvir o acusado, na próxima terça-feira.

Demostenes Torres (PFL-GO),

relator do processo contra Magno Malta, ressaltou que tanto o pai quanto o filho mencionaram um encontro com o senador do PL quando este ainda era deputado federal, em 2002.

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), assegurou que os depoimentos “não deixam dúvidas” sobre o envolvimento dos três senadores acusados com o esquema da compra de ambulâncias.

## Suassuna será ouvido na próxima terça-feira

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar marcou para as 10h da próxima terça-feira reunião para ouvir o senador Ney Suassuna. O parlamentar deverá apresentar sua defesa e, se quiser, arrolar testemunhas a seu favor no processo disciplinar aberto para apurar quebra de decoro parlamentar por conduta incompatível com o cargo público que ocupa.

O pedido para ouvir Suassuna foi feito pelo relator do seu processo, Jefferson Péres. Ele lembrou que Suassuna pode optar por não apresentar nova defesa no conselho, alegando que a defesa prévia que entregou por escrito já é suficiente como prova de sua inocência.

–Tenho de ouvir o acusado por último (depois dos dez depoimentos convocados para esta semana).

## Biscaia fala hoje ao conselho sobre investigações

O Conselho de Ética do Senado ouve hoje, a partir das 10h, o presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia, que esclarecerá dúvidas sobre investigações realizadas pela comissão e a elaboração do relatório parcial.

Na mesma reunião, mas como último depoente, será ouvido o deputado federal Lino Rossi (PP-MT), outro acusado pela CPI.

Prestarão depoimento ainda Marcelo Cardoso de Carvalho, ex-assessor de Ney Suassuna; a ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino; a assessora do Ministério da Saúde Marilane Cavalcanti de Albuquerque; Paulo Roberto Ribeiro, genro da senadora Serys, acusado de ter recebido dinheiro da máfia; e Ivo Marcelo Spínola da Rosa, genro de Darci Vedoin.



Tourinho lamenta PIB brasileiro e não acredita que governo atingirá meta anual

## Tourinho destaca crescimento econômico da Bahia

O crescimento econômico da Bahia nos últimos três anos foi registrado por Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que salientou que o produto interno bruto (PIB) do estado suplantou em duas vezes o crescimento nacional no período.

– A Bahia vem crescendo devido à adoção de uma política de redução de impostos nos governos Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Paulo Souto.

Tourinho disse que o PIB brasileiro cresceu apenas 0,5% no segundo trimestre, taxa que permite prever que o país não atingirá a meta governamental de 4% ao ano. Para ele, a carga tributária de 39,4% do PIB é uma das causas desse “pífio desempenho”.



Segundo César Borges, Jacques Wagner “usurpa” realizações do governo FHC

## César Borges critica campanha petista ao governo estadual

César Borges (PFL-BA) criticou a campanha eleitoral do candidato petista ao governo da Bahia, o ex-ministro das Relações Institucionais Jacques Wagner. O senador acusou o ex-ministro de estar “usurpando programas iniciados durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso” e apresentando-os aos eleitores como se fossem realizações da administração Lula.

– O PT diz que criou o Programa Luz para Todos. Ele não criou nada. Ele usurpou o programa de eletrificação rural Luz no Campo criado no governo passado pelo senador Rodolpho Tourinho [PFL-BA], e que na Bahia teve o melhor desempenho – disse.

Senador pede convocação do Congresso para derrubar veto à Lei de Biossegurança e, conseqüentemente, reduzir o quórum para deliberações na CTNBio

## Jonas alerta para obstáculos à liberação de transgênicos

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu o apoio dos parlamentares para a convocação de sessão do Congresso destinada a analisar o veto do presidente Lula ao parágrafo 8º do artigo 11 da Lei de Biossegurança. De acordo com Jonas Pinheiro, a derrubada do veto presidencial é fundamental para assegurar a capacidade de decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

A Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05), tal como aprovada pelo Congresso, reestruturou a CTNBio e fixou em 27 o número de seus membros, sendo 12 cientistas de notório saber nas áreas de saúde humana, animal e vegetal; nove representantes de diferentes ministérios; e seis



Especialistas ficaram em desvantagem no CTNBio, constata Jonas Pinheiro

especialistas em várias áreas.

A lei estabeleceu ainda o quórum de 14 membros para a realização de reuniões da comissão, sendo as decisões tomadas pela maioria absoluta dos presentes, respeitado o quórum previsto. Ou seja, com 8 votos favoráveis

seria possível tomar uma decisão. O presidente vetou esse dispositivo e publicou posteriormente um decreto exigindo dois terços de votos favoráveis (18) dos membros do colegiado para a aprovação dos processos de liberação comercial de organismos geneticamente modificados (OGMs) e derivados.

– A alteração feita por Lula deverá comprometer a liberação comercial de OGMs, não somente pela dificuldade de assegurar a presença de um elevado número de membros nas reuniões, como também pela predominância de representantes dos ministérios e de especialistas indicados por ministros em detrimento de especialistas de saber científico e técnico – avalia o senador.

## Valadares: falta de regulamento prejudica campo

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) fez um apelo ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para que regulamente o mais rapidamente possível a Lei 3.222/06, que prorroga as dívidas dos produtores rurais.

– A lei está em vigor desde 13 de julho e os bancos estão com os braços cruzados. Muitos produtores estão sendo executados por falta dessa regulamentação.

Valadares explicou que a lei permite a prorrogação das dívidas contraídas junto ao Banco do Brasil, Banco do Nordeste e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele também denunciou a “ação



Valadares diz que supervalorização do real tem provocado desemprego no país

nefasta” de intermediários que apressam a venda das terras dos produtores endividados.

O senador ainda criticou a manutenção de uma taxa de câmbio desfavorável às exportações e a

alta taxa de juros, citando artigo do economista João Sayad que classifica a política de valorização do real como “populismo cambial”.

– O manejo do câmbio em favor do crescimento econômico é essencial. Basta que se leve em conta que o câmbio é mais ou menos como o preço de tudo que se produz no país. Com essa taxa de câmbio artificialmente forçada, o Brasil aparece para o mundo como um país caro. Com o real tão forte, fica mais barato continuar a inundação de importados do que produzir aqui dentro, através da indústria local. Isso tem provocado desemprego maciço – frisou.

## Pavan manifesta preocupação com produtores de SC

Leonel Pavan (PSDB-SC) voltou a expressar, ontem, sua preocupação com a crise enfrentada pelos agricultores e pecuaristas de Santa Catarina, em especial os produtores de maçã.

O senador leu em Plenário moção da Assembléia Legislativa de Santa Catarina enviada ao Ministério da Agricultura



Pavan: “descaso do governo reforça as dificuldades dos produtores de maçã”

reivindicando política de crédito e seguro agrícola para esse segmento, que amarga perdas causadas por intempéries naturais como geada e chuva de granizo.

As dificuldades enfrentadas pelos produtores de maçã também foram reforçadas, conforme afirmou, pelo descaso do governo federal com a agricultura catarinense.

– Além de não socorrer os agricultores, o governo age como se o problema não existisse – acusou.

A moção dos deputados estaduais ao Ministério da Agricultura também solicita prorrogação dos prazos de financiamento agrícola a quem teve a área plantada afetada pelos fenômenos naturais.



Mão Santa solicita cópia de relatório do TCU para instruir processo contra Wellington Dias

## Mão Santa acusa governador do Piauí de crime eleitoral

Com base em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), de autoria do ministro Valmir Campelo, Mão Santa (PMDB-PI) denunciou o governador do Piauí e candidato à reeleição, Wellington Dias, por abuso do poder econômico. O governador, segundo Mão Santa, firmou convênio com o governo federal para aquisição de ambulâncias e obteve repasse de verbas em período eleitoral.

O senador requereu cópia do relatório do TCU para instrução de processo na Justiça Eleitoral.

– Um lote composto de sete ambulâncias, no valor unitário de R\$ 108,8 mil, foi fechado com a Planam, mentora do escândalo dos sanguessugas – destacou.



Roberto Cavalcanti considera projeto para terminal de João Pessoa uma “enganação”

## Cavalcanti quer embargar obra de aeroporto

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) classificou como “uma enganação” o projeto de reforma e ampliação do aeroporto de João Pessoa. Ele criticou o fato de a expansão do terminal se resumir a uma área inferior a 4 mil metros quadrados. Também considerou inaceitável um custo superior a R\$ 9 mil (preço de 2003) por metro quadrado construído, já que nem sequer uma ponte de embarque foi incluída no projeto.

Cavalcanti conclamou o governador Cássio Cunha Lima e prefeitos de João Pessoa e de cidades das redondezas a tentar embargar a construção e a intervir pela revisão do projeto junto ao governo federal.

Medida proposta por Rodolpho Tourinho não se aplica a contribuintes cuja declaração for entregue fora do prazo ou venha a cair na malha fina

## Mais clareza nas informações sobre benefício tributário

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, em turno suplementar e decisão terminativa, substitutivo a projeto que obriga o Executivo a prestar informações de forma mais clara à sociedade sobre os setores econômicos e as regiões que foram beneficiados por incentivos governamentais. A proposta, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi relatada por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo Suplicy, o projeto (PLS 397/99) propõe a regulamentação do demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, previsto no artigo 165 da Constituição.

A proposição prevê ainda a publicação dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros, juntamente com o relatório bimestral da execução orçamentária e com o balanço geral da União, conforme explicou o relator da matéria.

## CAE rejeita projetos sobre orçamento e incentivo fiscal

Projeto de lei complementar que estabelece a obrigatoriedade da execução do Orçamento nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi rejeitado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. O colegiado também se manifestou contrariamente a proposta que previa a instituição de incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

O projeto que trata da execução do Orçamento (PLS 84/06 – Complementar) é de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e teve como relator Osmar Dias (PDT-PR), que deu parecer contrário. Ele argumentou que é por meio de proposta de emenda à Constituição que Orçamento impositivo poderá ser equacionada satisfatoriamente.

O outro projeto (PLS 348/03), da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), teve como relator o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que também optou pela rejeição da matéria e teve seu parecer aprovado pela comissão.

Célio Azeredo



Presidida por Luiz Otávio, CAE aprova iniciativas que visam ampliar benefícios a contribuintes, idosos e agricultura familiar

# CAE aprova a restituição do IR no mesmo ano da declaração

Proposta que obriga o governo a devolver, no mesmo ano da declaração, o Imposto de Renda (IR) retido a mais na fonte foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. O projeto, de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), foi acolhido na forma de substitutivo do relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O governo fica, entretanto, dispensado dessa determinação no caso de o contribuinte entregar ou retificar a declaração depois do prazo fixado pela Receita Federal.

A devolução no mesmo ano também não se aplica, segundo

a proposição (PLS 41/04), aos contribuintes em cujas declarações forem detectados indícios de irregularidades. A ressalva foi sugerida por Aloizio Mercadante (PT-SP). O relator considerou prejudicado projeto que tramitava em conjunto (PLS 131/04), de iniciativa de Pedro Simon (PT-RS), que estipulava em 60 dias o prazo máximo para a devolução do imposto pago a mais. Por ter recebido substitutivo, a matéria passará por votação suplementar na comissão.

Na justificativa do projeto, Tourinho classifica a demora na devolução do imposto recolhido

a mais como “autêntico empréstimo compulsório”. Na hipótese de atraso, segundo o texto original, o governo estaria obrigado a pagar juro de mora de 1% ao mês, taxa substituída por 0,33% ao dia, até o limite de 20%, no texto aprovado.

O projeto de Rodolpho Tourinho também exigia a devolução mesmo nos casos em que a declaração ficasse sob investigação fiscal, para posterior ajuste. Mercadante alegou, no entanto, que não mais de 10% das declarações são retidas na malha fina e que a devolução antecipada poderia prejudicar as apurações.

## Maiores de 75 anos podem ficar isentos do imposto

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto que isenta do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) rendimentos percebidos por maiores de 75 anos. O projeto é de autoria do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da CAE, e teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que apresentou duas emendas à matéria.

Pela proposta (PLS 313/03), estará isento do tributo o contribuinte que completar 75 anos. A exceção é para os rendimentos provenientes de aplicações financeiras sujeitas à retenção definitiva do imposto na fonte. A proposta inicial fixava em 80 anos a idade para isenção.

– O projeto de lei mostra-se oportuno e conveniente, sendo complemento importante ao Estatuto do Idoso, uma vez que representa medida efetiva em favor do bem-estar dos contribuintes com idade avançada – argumentou Azeredo no seu parecer.

O relator disse que a proposta atenderá a um número muito reduzido de brasileiros, já que, segundo o IBGE, a expectativa de vida média do brasileiro é de 71 anos de idade.

## Isenção a trator adquirido por pequenos produtores

Na reunião de ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou, em decisão terminativa, projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que institui o programa Trator Popular, assegurando isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição desse equipamento por pequenos e médios produtores rurais e respectivas cooperativas. Em tramitação no Senado desde 1999, a proposta limita o benefício à compra de uma única unidade, com potência entre 30 e 50 cavalos.

### Transpetro

Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentou à CAE requerimento para retirada da urgência do PRS 49/06 – a matéria já se encontra no Plenário –, que autoriza a Transpetro a ampliar em R\$ 5,6 bilhões seu limite de endividamento. Em nome do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) propôs que a urgência fosse mantida, sob o compromisso de que defenderia acordo para que o projeto tenha a apreciação adiada para depois das eleições. O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), encerrou a reunião sem submeter nenhuma das propostas ao colegiado.

## Apropriação de crédito do ICMS deve ser prorrogada

Acatado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, deverá seguir para o Plenário projeto que prorroga, até 2011, o prazo para que os estados possam fazer uso do direito à apropriação dos créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativos à entrada, em estabelecimentos do contribuinte, de mercadorias destinadas a seu próprio uso ou consumo.

De autoria de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o projeto (PLS 68/06 – Complementar) alcança operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, além de propor o fim de restrições para que sejam apropriados créditos com serviços de comunicação e energia. Pela legislação atual, o prazo se esgota em 31 de dezembro próximo.

No seu parecer, o relator, Waldir Raupp (PMDB-RO), observa que a iniciativa minimiza, em parte, os prejuízos tributários dos estados e do Distrito Federal gerados pela desoneração do ICMS.

## Empréstimo para Fortaleza recebe parecer favorável

Parecer favorável à contratação de operação de crédito externo no valor total de até US\$ 85,2 milhões, para o financiamento parcial do programa de transporte urbano de Fortaleza, foi aprovado ontem pela CAE. A mensagem (215/06) da Presidência da República, que teve como relator Eduardo Suplicy (PT-SP), será submetida ainda à apreciação do Plenário.

Os membros da comissão pediram vista, após discussão, da Mensagem 216/06, do Executivo, que solicita autorização para contratação de operação financeira entre o Brasil e a Nigéria, no valor de US\$ 151,953 milhões, referentes a contrato bilateral de reestruturação de dívida externa daquele país, assinado no âmbito do Clube de Paris. O relator é o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O assunto, conforme explicações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, encaminhadas ao Senado Federal, já foi examinado diversas vezes pelo Clube de Paris.

Projeto aprovado na CRE prevê concessão de visto temporário a portador de documento emitido por país que não mantém relação diplomática com o Brasil, como Taiwan

## Cidadão de país não reconhecido pelo Brasil poderá obter visto

O governo brasileiro poderá conceder visto temporário a estrangeiros portadores de documentos de viagem emitidos por países cujos governos não são reconhecidos pelo Brasil, como Taiwan. A medida consta de projeto aprovado ontem em turno suplementar e em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Apresentado pelo então senador Moreira Mendes, o projeto (PLS 3/02) foi acolhido pela comissão inicialmente em outubro de 2003, na forma de substitutivo elaborado pelo relator da matéria, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). A votação do texto tornou-se possível depois da rejeição, pelo Plenário, de requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) que pedia o sobrestamento da matéria até a aprovação de uma nova Lei dos Estrangeiros.

– O projeto vai ajudar a solucionar pendências que surgem nas relações com países como Taiwan – celebrou Romeu Tuma (PFL-SP), ao lembrar o potencial econômico da ilha, considerada



Sob a presidência de Saturnino (C), CRE aprova indicações de Guggenheim (E) e Pellegrino

pela República Popular da China como parte de seu território.

De acordo com o texto aprovado, o governo brasileiro poderá conceder visto temporário de até 90 dias aos estrangeiros provenientes de países não reconhecidos pelo Brasil. O visto valerá para viagens de negócios e turismo, além de missões comerciais ou econômicas.

Na mesma reunião, a CRE acatou parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 89/06, que revoga dois decretos-leis de 1945 que regulavam os casos de invalidez e de incapacidade física nas Forças Armadas.

A comissão acolheu ainda pareceres favoráveis às indicações de dois embaixadores. Tomas Maurício Guggenheim – cuja indicação teve como relator *ad hoc* o senador Aelton Freitas (PL-MG) – deverá inaugurar a embaixada brasileira nas Bahamas. E Josal Luiz Pellegrino – que teve a mensagem relatada por Roberto Saturnino (PT-RJ) – reabrirá a embaixada brasileira na Zâmbia. As duas mensagens serão analisadas em Plenário.

A aprovação da indicação do novo embaixador na Zâmbia foi elogiada por Marcelo Crivella (PRB-RJ), que já viveu no país.

## Viana recebe presidente da Comissão da Bacia do Prata

Em nome do presidente do Senado, Renan Calheiros, o vice-presidente da Casa, senador Tião Viana, recebeu ontem o armador Horacio López, presidente da Comissão Permanente de Transportes da Bacia do Prata. López pediu ao vice-presidente apoio para o projeto destinado a intensificar o aproveitamento da principal artéria da Bacia do Prata, a hidrovía Paraguai-Paraná, na integração sul-americana, em benefício do Mercosul.

De acordo com o armador, há um acordo firmado em favor desse aproveitamento, porém faltam as obras físicas para implementá-lo.

– Temos a legislação para que se produza a integração e agora faltam as obras físicas para que essa integração seja real e as mercadorias possam circular em embarcações menores em todo o extremo da hidrovía, 365 dias por anos e 24 horas por dia – disse.



Tião Viana (E), vice-presidente do Senado, e López falam sobre hidrovía Paraguai-Paraná

Tião Viana prometeu envidar esforços para que essas obras sejam executadas. O papel da bacia, como opção de escoamento natural de cargas em direção aos mercados regionais e internacionais, é valorizado não apenas em função de seu interesse econômico, mas também como instrumento que permite aos países interioranos acesso ao mar.

A hidrovía Paraguai-Paraná,

que se estende de Cáceres (MT) a Nova Palmira (Uruguai), constitui a primeira iniciativa brasileira de projeto regional de utilização fluvial compartilhada na América Latina, fundamental para o fortalecimento do Mercosul. O Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovía Paraguai-Paraná, a que López se referiu, foi assinado em 1992 por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

## Regulamentação da meia-entrada é defendida em audiência pública

A regulamentação da meia-entrada em espetáculos artísticos por meio de lei federal foi defendida ontem tanto por representantes de entidades estudantis como pelos dirigentes de associações empresariais que participaram de audiência pública na Comissão de Educação (CE). Segundo eles, o governo precisa definir a fonte de custeio do benefício, como forma de assegurar a manutenção da meia-entrada e impedir prejuízos para produtores culturais.

A audiência, realizada a partir de requerimento de Roberto Saturnino (PT-RJ), contou com a participação dos presidentes da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta, da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos, Lúcio dos Santos Oli-

veira, e da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex, Valmir Fernandes. Participaram ainda o tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Ismael Cardoso, e o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos, Ricardo Chantilly.

Hoje, de acordo com Lúcio Oliveira, a concessão da meia-entrada é disciplinada por leis estaduais e municipais que estabelecem o direito ao benefício sem especificar a fonte de custeio.

– As leis sobre o assunto surgiram há aproximadamente dez anos e disciplinam o direito sem definir a mecânica do desconto e os pré-requisitos para a emissão da carteira estudantil – explicou.

## Especialistas debatem propostas para o ensino profissionalizante

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou ontem audiência pública para tratar do ensino profissionalizante no país. Atendendo a requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS), o evento abordou o assunto à luz do PLS 274/03, que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep), e da Proposta de Emenda à Constituição 24/05, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional, ambos de autoria de Paim.

Na abertura do evento, o senador destacou que o ensino técnico profissionalizante, além de permitir o acesso de milhares de pessoas ao mercado de trabalho, dá, muitas vezes, a oportunidade

de retorno àquelas que já ultrapassaram a barreira dos 40 anos. Ele também lembrou que muitos daqueles que são hoje representantes dos trabalhadores passaram pelas escolas técnicas.

Estiveram presentes à audiência Wilson Wanderlei Vieira, representante da Federação Nacional dos Técnicos; Gabriel Grabowski, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Martim Saraiva Barboza, da Superintendência da Educação Profissional; Almério Melquíades de Araújo, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza; Pedro Lopes de Queiroz, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; e Sérgio Ricardo Lopes, do Instituto Ability Brasil.

## Ideli comenta artigos de Betti e Santayana

Ideli Salvatti (PT-SC) pediu a inserção nos Anais do Senado de dois artigos publicados na imprensa: “A ética da hipocrisia”, do ator, diretor e produtor cultural Paulo Betti, divulgado ontem pela *Folha de S. Paulo*, e “A anatomia da inveja”, do cientista político Mauro Santayana, disponibilizado pelo *site Carta Maior*.

Betti diz estar sendo submetido a um linchamento moral por parte de setores da mídia e dos meios político, intelectual e artístico, em virtude de seu apoio à reeleição do presidente Lula. Já Santayana critica declarações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Maciel homenageia Maria Dulce Chacon

Marco Maciel (PFL-PE) registrou o centenário do nascimento da escritora, educadora e poeta pernambucana Maria Dulce Chacon, nascida em 8 de janeiro de 1906 no Recife. O senador ressaltou a participação de Dulce Chacon, que faleceu em 1982, na luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres.

– Nesse sentido, foi uma das pioneiras, pelo trabalho que realizou em Pernambuco, com dedicação, espírito público e senso voltado para a edificação de uma democracia que todos tanto desejamos, sempre atenta à participação da mulher – disse.